

Volvido um tempo, onde os efeitos do Covid-19 mais nos assolou, depois da saúde, i.e. ao nível dos impactos sociais e económicos, sabendo-se das fragilidades existentes – e longe, ainda, de se apurar a real dimensão de tudo aquilo que poderá advir desta pandemia de início do século; tudo convergirá no sentido de poder concluir por um aumento acentuado das desigualdades sociais. Estaremos, pois, talvez, perante um real efeito de quebra relativamente àquele indicador de aproximação social e de esbatimento das desigualdades na sociedade, que se vinha gradualmente a constatar.

O início desta pandemia foi marcado -e, nalguns casos, não inteiramente ultrapassado, se atendermos ainda ao grau de vacinação atualmente existente – pelas desigualdades do risco e dos efeitos de contaminação a que algumas pessoas estão sujeitas por não poderem trabalhar a partir de casa como os outros (os que podem beneficiar do denominado “teletrabalho”) (1). Estamos a falar dos que trabalham e se põem em risco diariamente apenas porque o seu trabalho não permite trabalhar em segurança já que têm de diariamente ir trabalhar no exterior sujeitos a risco de infeção e a risco de uma constante insegurança profissional.

Mas, também, as desigualdades que existem em condições habitacionais e de equipamento, entre diferentes pessoas, já que umas, por um lado, conseguem trabalhar/estudar dentro do possível -a partir do domicílio-; e as outras, que dispõem de menos condições materiais por falta ou escassez de recursos, que não conseguem obter semelhantes patamares de desempenho.

Agrava tudo isto, o facto desta mesma realidade ditar-nos que são justamente os trabalhadores com salários mais baixos a serem os mais afetados pela pandemia e, conseqüentemente, a serem aqueles que mais expostos se encontram às desigualdades. Acentua-se, pois, por efeito desta pandemia do Covid-19 uma desigualdade de rendimentos, também ela sintomática e que marca indelevelmente as desigualdades sociais deste período.

Efetivamente, o facto daqueles que já recebem pouco serem os mais prejudicados no meio de toda esta situação, aumentando cada vez mais o seu número, leva-nos a concluir, assim, que o rácio entre os mais ricos e os mais pobres está a aumentar. Poder-se-á dizer, até, que os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

Esta constatação, no fundo este diagnóstico socioeconómico, acabará coincidindo com um progressivo esbatimento, para não dizer mesmo “esmagamento”, da classe média com os

efeitos sociais que daí podem advir. Não esqueçamos que olhando para aqueles, em concreto, que engrossam as “filas” da pobreza, não basta o facto de estarem já expostos a piores condições financeiras, são também estes que acabam por ser, ainda, sacrificados pelo desemprego. Isto porque, na sua maioria, estes trabalhadores são também os que trabalham em áreas que necessitam de trabalho presencial -alguns setores vedado por motivos sanitários; precário e facilmente descartado quando diminuem as necessidades das empresas, etc.

Conseguimos, portanto, identificar vários tipos de desigualdades provocadas e pioradas pela pandemia. Estas desigualdades, que se devem principalmente ao posicionamento em certas classes sociais de alguns, seja por “estatutos herdados”, relações de classes impessoais, faltas de oportunidades, menos possibilidades ou, até mesmo, por existência de uma eventual mobilidade social, colocam estes cidadãos em posições, nos dias de hoje, mais afetadas pela pandemia. Tudo, agravado pela circunstância de em muitas das vezes pertencerem a escalões mais baixos da sociedade e/ou por não terem as mesmas oportunidades sociais e profissionais.

Nesta deriva social avulta a constatação de poder anuir-se, em consideração de análise sociológica e política, que as classes médias estão à deriva e o denominado “elevador social” deixou de funcionar.

De forma elucidativa, pela imagem forte que transmite, um artigo: “ Adiós, classe media, adiós”, do *El País*, já referia em 31/5/2009: “O declínio da classe média estende-se a todo o mundo desenvolvido. (...) A clara fronteira que separava a classe média da exclusão e dos pobres está a ser derrubada a golpes de picareta como fizeram ao Muro de Berlim”). Olhemos o “tabuleiro global”: as classes médias “ declinam” nos países desenvolvidos e estão em exuberante crescimento nos países pobres — triplicaram em dez anos. Centenas de milhões de pobres estão a entrar na “classe média global” (2).

A propósito pode perguntar-se: qual o relevo das classes médias em termos sociais?

Bem, a verdade é que a sua importância pode remontar ao próprio Aristóteles. São por este (V. *Tratado da Política*) apontadas como fator de equilíbrio e coesão das sociedades. Nas sociedades modernas têm ainda outro papel. Mais próximo da nossa realidade. É apontado pelo sociólogo alemão Georg Simmel ao tê-lo sublinhado já em finais do Séc. XIX no Ensaio *Über soziale Differenzierung*. No seu entender a classe média acabará por ter ínsito um

elemento sociológico completamente novo. Não é apenas uma terceira classe acrescentada a duas outras e que só delas se diferenciam em termos de nível, como as outras se diferenciam entre si. O que realmente tem de original é o facto de ser ela a fazer as contínuas trocas com as outras duas categorias e que estas perpétuas flutuações apagam as fronteiras e substituem-nas por transições perfeitamente contínuas. São, portanto, o “corredor” da mobilidade social, pelo qual os indivíduos podem circular entre o topo e a base da escala.

Sociólogos e economistas utilizam critérios diferentes para descrever e medir as classes médias. De forma simplista, elas são “o meio”, a constelação das profissões intermédias. O critério da profissão engloba a posição ocupada no sistema produtivo, um dado nível de qualificação ou diploma e remete para dois outros critérios: o rendimento (critério económico) e o modo de vida, valores, aspirações (critério sociológico).

A maioria dos estudos privilegia o critério económico — o rendimento. É o mais prático, mas os critérios variam. Parte-se da mediana do rendimento. Nos anos 1960, o americano Lester Thurow incluía na classe média os que tinham um rendimento entre os 75% e os 125% da mediana. A estatística americana distribui os rendimentos por quintis: temos cinco níveis, cada um de 20%, com a classe baixa na base, a rica no topo, e três escalões médios.

Conclusão

Talvez como nunca se exija aos Governos uma ação pública ativa, que corrija e promova um claro reajustamento das diferenças sociais. Retomar aquilo que vinha sendo uma trajetória de recuperação salarial (entre nós, em Portugal, melhorar o salário mínimo -um dos mais baixos da europa), no sentido de incrementar por acréscimo e arrastamento a valorização da classe média e com isto esbater o “fosso” entre ricos e pobres revela-se fundamental. Não o fazer, seja por impotência, ou impossibilidade de tomar alternativas, numa crise que apanhou toda a gente de surpresa, poderá conduzir a conflitos sociais de todo imprevisíveis.

Desconhecemos ainda o real impacto desta pandemia do covid-19, em termos de saúde pública e económicos. No caso da última grande pandemia, que assolou a humanidade, a denominada “Gripe Espanhola”, doença mais mortífera de todos os tempos, que terá afetado uma em cada três pessoas na população mundial e que, em termos de baixas, terá provocado um número de mortos superior ao das duas guerras mundiais juntas. Em Portugal, onde se viviam os tempos atribulados da presidência de Sidónio Pais, a pneumónica -nome

pelo qual também ficou conhecida a “Gripe Espanhola” - esta poderá mesmo ter sido mesmo responsável pela morte de 2% da população, provocando o caos na muito frágil rede de assistência médica.

Não obstante, e para já, três conclusões podemos ter por relevantes e que nos podem servir de orientação. Em primeiro lugar, a epidemia anterior envolveu uma queda acentuada, mas curta, com recuperações relativamente rápidas. Segundo, a queda do PIB poderá ser superior à registada na pandemia anterior, se tivermos em conta a globalização e as dependências económicas atualmente existentes. Por último, a resposta célere e a dimensão das medidas de estímulo devem evitar uma recessão prolongada no tempo, sem prejuízo de alguns setores da economia poderem sentir efeitos duradouros.

Para tudo isto a denominada “bazuca” europeia pretende ser a chave. Surgindo como o maior projeto de recuperação na Europa, desde o Plano Marshall, com mais de 800 biliões de euros do programa NextGenerationEU a serem distribuídos pelos 27 Estados-membros ao longo dos próximos anos para reparar os danos da pandemia e aumentar o potencial de crescimento da União Europeia. O plano foi desenhado para equilibrar uma recuperação que se antevê muito diferente entre as economias europeias, sabendo-se a existente heterogeneidade entre países e que estas ajudas, que podem distorcer o mercado comum, devem ser muito bem geridas e fiscalizadas, tendo no Plano de Recuperação e Resiliência (um instrumento estratégico de mitigação do impacto económico e social da crise, capaz de promover a convergência económica e a resiliência, contribuindo para assegurar o crescimento sustentável de longo prazo) fator que poderá ajudar a compensar algumas destas distorções.

Notas:

(1) Sobre estes, V/ a este propósito o n. texto “Do futuro do trabalho ao trabalho do futuro: o “teletrabalho” em Portugal. IN:

<https://apatrria.org/sociedade/do-futuro-do-trabalho-ao-trabalho-do-futuro-o-teletrabalho-em-portugal/>

(2) IN: <https://elpais.com/hemeroteca/elpais/portadas/2009/05/31/>

Imagem de capa de [Meine Reise geht hier leider zu Ende. Märchen beginnen mit](#) por [Pixabay](#)